
Organização de um Arquivo Pessoal

Arquivo Mouzinho da Silveira

Análise de um Caso

PAULO J. S. BARATA

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

NUMA época em que se multiplicam os estudos de história da vida privada ganha maior acuidade o tratamento dos arquivos de família e pessoais, valiosos repositórios de uma informação durante muito tempo desvalorizada ou pelo menos secundarizada face aos arquivos de organizações, públicos e privados.

Integrado num programa de tratamento sistemático dos arquivos de família e pessoais, a Divisão de Reservados do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro levou a cabo o Inventário do Arquivo Mouzinho da Silveira, que irá ser continuado, a curto prazo, com a publicação do Arquivo da Família Andrade Corvo e com o tratamento do Arquivo de João Mendonça Cortez.

Este artigo pretende reflectir os problemas que se colocam à organi-

zação de um arquivo pessoal e explicar a metodologia de abordagem e análise a este tipo de arquivos, tomando por base um caso concreto, o tratamento da documentação do Arquivo Mouzinho da Silveira.

A elaboração do inventário deste arquivo foi precedida do estudo prévio do percurso pessoal e político do seu titular, José Xavier Mouzinho da Silveira (1780-1849), figura de grande relevo do liberalismo português, cuja obra legislativa consubstanciou as grandes mudanças ocorridas neste período. Desde logo, procedemos ao levantamento da bibliografia pertinente e com base na mesma elaborámos um ficheiro de trabalho contendo uma cronologia biográfica em que registámos os factos mais relevantes da vida de Mouzinho da Silveira, o qual foi sendo sistematicamente alimentado no desenrolar do trabalho.

À medida que avançávamos na análise da documentação e no conhecimento do percurso de vida de Mouzinho da Silveira constatámos da necessidade de, em paralelo, elaborar um outro ficheiro contendo uma cronologia geral do período histórico em que este viveu e produziu aqueles testemunhos.

Numa época em que se multiplicam os estudos de história da vida privada ganha maior acuidade o tratamento dos arquivos de família e pessoais, valiosos repositórios de uma informação durante muito tempo desvalorizada ou pelo menos secundarizada face aos arquivos de organizações, públicos e privados.

A própria riqueza factológica deste período, em que os acontecimentos políticos e sociais se sucedem com grande rapidez e nos quais Mouzinho da Silveira foi agente e um dos principais intervenientes, acentuou ainda mais a necessidade do seu recenseamento sistemático, o que foi feito ao longo de todo o trabalho.

Com base nos mesmos foi possível traçar um organograma das funções e cargos públicos desempenhados por Mouzinho da Silveira, constituindo um elemento de trabalho que nos permitiu abordar de um modo mais consistente a análise da documentação. E, assim, esboçar um qua-

dro de classificação provisório que foi sendo alterado ou confirmado à medida que avançávamos no contacto com os documentos.

Estes ficheiros revelaram-se instrumentos de trabalho da maior utilidade para a compreensão do contexto socio-temporal e funcional em que os documentos foram produzidos e para a própria definição da organização do arquivo.

O Arquivo Mouzinho da Silveira deu entrada na Biblioteca Nacional nos anos de 1895 (cinco «códices»), 1896 (três «códices») e 1898 (quatro «códices»). Os restantes não possuem qualquer referência que nos permita determinar a respectiva data de ingresso.

Os «códices» entrados em 1895 são referidos como sendo «doação do governo», não tendo sido possível determinar a proveniência de qualquer das unidades de instalação deste fundo documental.

O Arquivo Mouzinho da Silveira é constituído por cerca de 1700 documentos fisicamente reunidos em 17 códices factícios, existindo ainda três livros de receita e despesa¹.

Encontrámos os documentos que constituem este fundo distribuídos por 17 encadernações e colados em charneiras de cartolina o que, evitando a perda dos mesmos, originou um deficiente acondicionamento dos documentos devido à sua dimensão

¹ BN, Lisboa. Reservados. Coleção Códices, COD. 8847-8863; COD. 9725-9727.

desigual. Cada encadernação possui no dorso um título, mais ou menos extenso, que procura identificar o seu conteúdo.

Esta forma de acondicionamento da documentação releva de uma época em que o documento de arquivo era entendido como espécie menor face à nobreza do documento de biblioteca, particularmente do códice ou do livro encadernado. E quando se reconhecia à documentação de arquivo uma certa importância, esta tomava a forma de livro.

Esta prática que era seguida, quer para os documentos de arquivo quer para as espécies de biblioteca de menor dimensão, sobretudo pelas «casas leiloeiras», visava aliciar os interessados e valorizar as espécies através de uma apresentação exterior com maior dignidade. Agrupavam-se fisicamente vários documentos de pequena dimensão, por vezes com afinidades de conteúdo, sob uma designação única que podia ser um título comum, o primeiro título ou o título mais importante, originando as miscelâneas, que ainda hoje se revelam fontes desconhecidas para a investigação histórica.

A estruturação intelectual da documentação visou a produção de um inventário, instrumento de descrição que descreve um fundo ou núcleo até ao nível da série, referindo e enumerando as respectivas unidades de instalação e apresentando o quadro de classificação que presidiu à sua organização.

O quadro de classificação reflecte o esquema de organização do arquivo e as secções, subsecções, séries e subséries que o compõe.

Para o estabelecimento das entidades arquivísticas seguiram-se os *princípios do respeito pela estrutura*, segundo o qual os documentos devem ser organizados de acordo com a estrutura de funções e actividades do indivíduo que os criou, e o *princípio do respeito pela ordem original*, segundo o qual um fundo deve receber uma organização correspondente àquela que lhe foi dada pelo seu detentor, a fim de se preservar as relações entre os documentos.

Esta forma de acondicionamento da documentação releva de uma época em que o documento de arquivo era entendido como espécie menor face à nobreza do documento de biblioteca, particularmente do códice ou do livro encadernado. E quando se reconhecia à documentação de arquivo uma certa importância, esta tomava a forma de livro.

Tratando-se do arquivo de um político, consideraram-se as duas grandes esferas de acção do seu titular, ou seja, a sua ACTIVIDADE PÚBLICA e a sua ACTIVIDADE PRIVADA que determinaram a constituição das respectivas secções constantes do quadro.

Na secção ACTIVIDADE PÚBLICA, consideraram-se várias subsecções cor-

respondentes a cada uma das funções ou cargos públicos desempenhados por Mouzinho da Silveira e com expressão documental, designadamente: Juiz de Fora em Marvão; Juiz de Fora em Setúbal; Provedor da Comarca de Portalegre; Ministro da Fazenda e Representante da Causa Liberal; Administrador das Alfândegas; Membro da Junta de Revisão do Tratado de Independência do Brasil.

No exercício destes cargos Mouzinho da Silveira produziu e recebeu documentação que deu origem às séries designadas genericamente por CORRESPONDÊNCIA OFICIAL, incluindo além de cartas e ofícios todas as tipologias documentais geradas no desempenho dos mesmos.

Tivemos, deste modo, um entendimento bastante lato da designação correspondência, como forma de agrupar todos os tipos documentais que o exercício de um cargo pode gerar, sendo essa expressão o máximo denominador comum entre eles, pois não é provável que num arquivo pessoal se encontrem as séries extensas e facilmente reconhecíveis que caracterizam os arquivos institucionais.

Os arquivos pessoais são tipologicamente bastante heterogêneos, razão pela qual as suas séries têm em geral uma reduzida expressão documental e uma organicidade nem sempre muito vincada.

No arquivo Mouzinho da Silveira recenseámos cerca de 60 tipologias

documentais distintas, as mais díspares entre si. Por exemplo, na série CORRESPONDÊNCIA OFICIAL RECEBIDA E EXPEDIDA, dependente da subsecção ADMINISTRADOR DAS ALFÂNDEGAS, vamos encontrar para além das cartas e ofícios, consultas, avisos, requerimentos, resoluções, documentos de receita e despesa, representações, relações de produtos, de funcionários e de vencimentos, uma guia de saída de mercadorias, um regulamento, alvarás, cartas de lei, decretos, vários outros diplomas legais, provisões, quadros de pessoal, um memorando, petições, uma intervenção parlamentar, a planta dos serviços da Alfândega de Lisboa e apontamentos diversos.

Os arquivos pessoais são tipologicamente bastante heterogêneos, razão pela qual as suas séries têm em geral uma reduzida expressão documental e uma organicidade nem sempre muito vincada.

Este é bem o exemplo de uma série orgânica, mas com uma grande variedade de tipologias documentais, todas elas reportando-se ao exercício de diversos cargos ligados às alfândegas.

A série denominada, na ausência de melhor designação, DOCUMENTOS PESSOAIS DIVERSOS, que integra o testamento de Mouzinho da Silveira, requerimentos, cartas de recomenda-

ção, cartas, ofícios, consultas, pareceres, retratos, uma genealogia, recibos, notas de despesa, facturas, letras, notas biográficas, receitas médicas, sonetos e relações de dívida de Mouzinho da Silveira, constitui, por oposição, um bom exemplo das séries factícias que caracterizam os arquivos pessoais.

Nesta série só excepcionalmente existem nexos causais entre os documentos. A sua constituição foi determinada não só pela agregação pré-existente dos documentos, constituem uma unidade de instalação fisicamente inseparável, mas também por imperativos de uma organização arquivística em que o «bom senso» e a perspectiva do utilizador se sobrepuseram à aplicação pura dos princípios. A alternativa à existência desta série seria a sua pulverização em micro-séries de poucos documentos cada, situação muito agravada pelas inúmeras referências de localização que a sua disposição física originaria.

O que coloca o problema da situação em que se encontra o fundo quando o arquivista é chamado a intervir, desorganizado ou organizado, e até a forma como a documentação se encontra acondicionada, o que, como no caso vertente, determinou uma abordagem diferenciada, coerente com os princípios da técnica arquivística mas não exclusivamente guiada por eles, adaptando a técnica aos documentos e não o contrário, tendo sempre presente que um ins-

trumento de descrição deve prioritariamente ser inteligível para o utilizador.

No plano dos princípios, a disposição física dos documentos não deverá condicionar a sua arrumação intelectual. No entanto, atendendo às características do Arquivo Mouzinho da Silveira, pequena dimensão e documentação encadernada, optámos, em certos casos, por manter em algumas séries documentos que nos suscitavam dúvidas quanto à pertinência da sua inclusão nas mesmas. De outra forma dar-se-ia um crescimento excessivo de referências de localização, o que sobrecarregaria o instrumento de descrição e, em última análise, a sua consulta e manuseamento.

Apenas pontualmente e quando isso representou um ganho real para o utilizador, em termos de recuperação da informação, se optou por esta via.

Em relação a algumas séries são muitos os contextos em que a documentação foi produzida, o que implicou soluções particulares quanto à sua constituição e integração no quadro existente. É o caso da série DIPLOMAS LEGISLATIVOS, cujos documentos podem ser considerados produção de Mouzinho da Silveira enquanto jurista, mas também enquanto parlamentar. Ou ainda, da série DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS FINANÇAS PÚBLICAS, cuja documentação poderá ser parcialmente relacionada com os trabalhos parlamentares de Mouzinho da

Silveira e com o cargo de Ministro da Fazenda.

Quanto a estas duas séries, optou-se pela sua inclusão no quadro, na dependência directa da secção ACTIVIDADE PÚBLICA e, portanto, não dependentes hierarquicamente de qualquer subsecção, com referências remissivas às séries a que os documentos interessam.

Um outro caso diz respeito às séries DOCUMENTOS DE NOMEAÇÃO e DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS ORDENS RELIGIOSAS em que existem indicações claras quanto ao modo como a documentação foi originalmente organizada por Mouzinho da Silveira, para efeitos de recuperação, o qual se manteve.

No primeiro existe a seguinte nota hológrafa «os titulos dos meus empregos, e atestados de serviços — podem servir para a minha biografia»². Esta série é fundamentalmente constituída por documentos probatórios comprovativos de actividades e cargos públicos desempenhados por Mouzinho da Silveira, tais como as nomeações para os diferentes cargos que exerceu, certificados de medidas que tomou, graus com que foi distinguido, documentos comprovando a sua participação em diversos actos públicos, como as exéquias fúnebres de D. João VI e D. Pedro IV, casa-mentos de D. Maria II, abertura e

encerramento de Cortes, beija-mão real, audiência ao corpo diplomático, passaportes, etc.

Depreende-se, pois, quer do conteúdo da nota, quer do conteúdo da série, que este conjunto de documentos terá sido organizado selectivamente por Mouzinho da Silveira e numa fase final da sua vida. A existência de um único documento menos abonatório, datado de 28 de Dezembro de 1832, período da guerra civil, e dirigido ao Juiz do Bairro de Santa Isabel, ordenando a captura e oferecendo uma recompensa pela prisão de Mouzinho da Silveira, é disso a prova cabal, o que é reforçado pelos termos caricaturais em que o mesmo é redigido³.

Isto mesmo notou Miriam Halpern Pereira que refere, «interessa para uma análise histórica, ter presente que se trata de um fundo deliberadamente seleccionado por Mouzinho e seu filho, ou com objectivos de intervenção imediata, ou com a finalidade de legar determinada imagem à posteridade. Finalmente, é esse um dos limites dos arquivos particulares, mas dalgum modo o próprio critério de selecção, desde que identificado, torna-se uma informação complementar sobre o próprio objecto de estudo.»⁴

² BN, Lisboa. Reservados. Colecção de Códices. Arquivo Mouzinho da Silveira, COD. 8848, fl. 1.

³ BN, Lisboa. Reservados. Colecção de Códices. Arquivo Mouzinho da Silveira, COD. 8848, fl. 76.

⁴ Mouzinho da SILVEIRA — *Obras*. Ed. crítica coordenada por Miriam Halpern Pereira, Lisboa, 1989, v. 1, p. 7.

A série DOCUMENTOS RELATIVOS À PERMANÊNCIA NOS AÇORES poder-se-á relacionar com o exercício do cargo de Ministro da Fazenda no governo de regência de D. Pedro IV nas ilhas, mas tal não é explícito, pelo que optámos pela sua autonomia em relação a essa subsecção e inclusão na dependência da secção ACTIVIDADE PÚBLICA.

Quanto à série DOCUMENTOS RELATIVOS AO EXÍLIO DE D. MIGUEL EM ITÁLIA, a sua relação com o fundo em causa e com Mouzinho da Silveira não é evidente. Trata-se de um conjunto de 31 ofícios enviados pelo Encarregado de Negócios de Portugal em Génova, Francisco José Rodrigues, a Agostinho José Freire, Ministro da Guerra e Interino dos Negócios Estrangeiros, entre 7 de Agosto e 15 de Outubro de 1834.

Os ofícios estão numerados de 72 a 102, o que pressupõe tratar-se de parte de um coprador de ofícios. Alguns deles possuem a indicação de confidencial e relatam as actividades de D. Miguel e dos seus partidários em Itália neste período.

A relação deste conjunto de documentos com Mouzinho da Silveira não é clara, nem identificável. Contudo, optámos pela sua introdução na secção ACTIVIDADE PÚBLICA, uma vez que o envolvimento de Mouzinho da Silveira na causa liberal poderá ter determinado o seu interesse pelo assunto e o aparecimento em seu poder daquela documentação. E, o que não sendo hoje visível na organi-

zação arquivística, poderá sê-lo amanhã na investigação histórica.

Na secção ACTIVIDADE PRIVADA consideraram-se três subsecções, correspondentes às suas funções de foro privado, designadamente JURISTA, ACTIVIDADE INTELLECTUAL e ASSUNTOS PESSOAIS. A primeira inclui a documentação relativa à sua actividade de jurista e de jurisconsulto. Exclui-se, obviamente, a documentação de carácter jurídico gerada por Mouzinho da Silveira no desempenho dos diferentes cargos públicos ou relativa aos seus assuntos pessoais, pois que essa relaciona-se organicamente com a série em que se integra. Para se conhecer toda a sua produção jurídica é necessário consultar as séries respectivas.

A esta subsecção subordinámos a série DOCUMENTOS RELATIVOS AO LITÍGIO ENTRE OS DUQUES DE PALMELA E A FAMÍLIA SAMPAIO, conjunto de documentos relativos à questão legal levantada pelo casamento de D. Domingos de Sousa Holstein, conde do Calhariz, marquês do Faial e filho dos duques de Palmela, com D. Maria Luísa de Noronha e Sampaio, filha e herdeira do conde da Póvoa.

Os documentos tipologicamente diversos constituem o processo judicial que envolveu, por um lado, os duques de Palmela, e por outro, os irmãos Sampaio, António Osborne e Henrique, visando conseguir a anulação do casamento.

Existem vários documentos redigidos por Mouzinho da Silveira con-

tendo alterações e condições adicionais à escritura de esponsais, parecendo que a sua intervenção foi feita na qualidade de advogado e amigo da família.

A segunda série, PARECERES E CONSULTAS, reúne os pareceres e consultas de Mouzinho da Silveira sobre direito sucessório, sendo na sua maioria pareceres sobre habilitações a heranças.

A segunda grande subsecção designada por ACTIVIDADE INTELECTUAL inclui a produção intelectual de Mouzinho da Silveira sobre diversos assuntos, sendo os documentos que constituem as diferentes séries fundamentalmente dissertações de carácter especulativo sobre diversos temas. Temos assim, a série DOCUMENTOS DE REFLEXÃO POLÍTICA que inclui escritos sobre diversos acontecimentos ou temas que preocuparam Mouzinho depois que iniciou a sua carreira política e até final da sua vida; e as séries DOCUMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE ECONOMIA, DOCUMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE ESCRAVATURA e DOCUMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE FILOSOFIA que reflectem as suas posições sobre estas matérias.

A série DOCUMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE A LEGITIMIDADE DE D. PEDRO IV possui uma finalidade determinada, fundamentar a legitimidade de D. Pedro IV e da futura D. Maria II à coroa portuguesa, inferindo-se que os documentos datem do período do primeiro exílio em Paris (2 de Abril de 1828 a 19 de Janeiro de 1832).

Muitos deles são redigidos em francês, por vezes com tradução em português, o que pressupõe que se destinariam a divulgar em França a posição anti-absolutista.

Colocaram-se, por isso, algumas dúvidas quanto à pertinência da sua inclusão na secção ACTIVIDADE PRIVADA, parcialmente desfeitas, embora a posição inversa seja também defensável, pelo carácter manifestamente privado das suas tipologias, dissertações e apontamentos, e também pelo cariz especulativo dos documentos.

A últimas das séries subordinada à subsecção ACTIVIDADE INTELECTUAL é a série DOCUMENTOS PARA UM ESTUDO SOBRE PORTUGAL. Trata-se de um conjunto de documentos de reflexão que se destinavam a integrar um estudo sobre Portugal a ser publicado na Inglaterra e que devia abordar os «[...] interesses comerciais e o estado financeiro do país [...]»⁵.

Reaproveitados ou escritos de raiz, este conjunto de documentos constitui um projecto literário, uma unidade intelectual individualizada, cujo denominador comum entre os documentos é apenas o tratarem de Portugal.

Os documentos dão-nos uma visão de conjunto da agricultura, do comércio, da administração pública, da religião e das finanças, entre outros assuntos, dos finais do Antigo

⁵ BN, Lisboa. Reservados. Colecção de Códices. Arquivo Mouzinho da Silveira, COD. 8853, fls. 30 e 31v.

Regime e início do período liberal até ao miguelismo.

Na última das subsecções, denominada ASSUNTOS PESSOAIS, incluiu-se a documentação relativa à sua vida familiar e negócios. Nela se encontram algumas das séries e subséries organicamente mais homogêneas de todo o fundo, tais como CORRESPONDÊNCIA COM TERESA MOUZINHO DA SILVEIRA, sua mulher, CORRESPONDÊNCIA COM JOÃO MOUZINHO DA SILVEIRA, seu filho, CORRESPONDÊNCIA COM JOSÉ VITORINO DE BASTO PIMENTA, seu primo e procurador encarregado de administrar as suas propriedades em Castelo de Vide, e por último, LIVROS DE RECEITA E DESPESA.

A normalização exigida pela ARQBASE, designadamente, a descrição multinível, referindo em cada nível apenas a informação pertinente para a sua caracterização, estabelecendo a correspondência com o nível imediatamente inferior sem repetir a informação dada nos níveis superiores e distribuindo os elementos de informação de cada nível por campos e subcampos, disciplinou a recolha de dados e uniformizou a descrição documental.

As três primeiras subséries documentais, agrupadas genericamente na série CORRESPONDÊNCIA PARTICULAR, encontram-se intelectual e física-

mente individualizadas. Tipologicamente são de uma grande homogeneidade, apenas constituídas por cartas, razão pela qual a intervenção do arquivista limitou-se unicamente à descrição do seu conteúdo.

Através delas podemos sentir claramente a intervenção de Mouzinho da Silveira na organização do fundo. Na subsérie CORRESPONDÊNCIA COM TERESA MOUZINHO DA SILVEIRA encontram-se as cartas resposta, de natureza mais íntima e integradas numa produção epistolográfica sistemática.

Contudo, existem na série DOCUMENTOS PESSOAIS DIVERSOS (COD. 8847), duas outras cartas (fls. 35-36 e 82), esporádicas, escritas em períodos temporalmente distintos, de cariz mais prático (sobretudo a segunda, fl. 82), ou seja, instruções para a resolução de assuntos particulares e conclusão de negócios. O que releva a preocupação de alguém, e quem senão o próprio Mouzinho, em separar um conjunto de cartas resposta de natureza mais intimista, e inseridas num horizonte temporal claramente delimitado, de duas outras, pontuais, que visavam um objectivo muito concreto, sobretudo relacionado com a condução de negócios, e que só ganham plena significação quando relacionadas com outros documentos da mesma série.

Os LIVROS DE RECEITA E DESPESA, em número de três, são relativos à contabilidade pessoal de Mouzinho da Silveira. Neles encontram-se mencionadas as receitas e despesas relati-

vas à administração dos seus negócios, a produção das suas propriedades, e os seus rendimentos e gastos pessoais. O seu agrupamento não ofereceu, por isso, quaisquer dúvidas.

Por último, existe um conjunto de documentos muito heterógeneos, sem qualquer traço comum entre si, e por isso não susceptíveis de descrição colectiva, os DOCUMENTOS DIVERSOS, um mal necessário em qualquer instrumento de descrição de arquivo e cuja recuperação só poderá ser feita eficazmente através de um catálogo em que se descreva individualmente cada um deles.

Neste caso optámos por uma descrição individualizada, mas muito breve, dos documentos mais significativos, num critério que envolve como todas as escolhas alguma subjectividade, e numa prática que viola a natureza gregária do instrumento de descrição inventário, mas que nos pareceu aceitável como forma de recuperar alguma da informação contida nesta massa de documentos.

Em algumas das séries, mas sempre pontual e esporadicamente, descesmos à descrição da peça arquivística ou ao documento isolado como forma de chamar a atenção para um determinado documento que pelo seu conteúdo se distingue dos demais ou quando achámos que a descrição colectiva não era suficientemente explícita. Esta prática que claramente ultrapassa os limites de um inventário de arquivo pareceu-

-nos admissível sobretudo por se tratar de um arquivo pessoal em que não existem as séries extensas e facilmente apreensíveis que caracterizam os arquivos das organizações. E porque é igualmente função do arquivista alertar para os documentos que considera relevantes, sem todavia perder de vista a natureza e finalidade do instrumento de descrição que se propôs elaborar.

Importa referir que para a elaboração deste inventário utilizou-se a ARQBASE, metodologia de descrição arquivística para o tratamento automatizado de documentação histórica.

A normalização exigida pela ARQBASE, designadamente, a descrição multinível, referindo em cada nível apenas a informação pertinente para a sua caracterização, estabelecendo a correspondência com o nível imediatamente inferior sem repetir a informação dada nos níveis superiores e distribuindo os elementos de informação de cada nível por campos e subcampos, disciplinou a recolha de dados e uniformizou a descrição documental.

Para além do contributo introduzido no campo da normalização de procedimentos de descrição em arquivo, a ARQBASE representa um avanço no que diz respeito ao tratamento informático da documentação de arquivo, relativamente aos procedimentos manuais de organização, descrição, ordenação e pesquisa.

No que diz respeito à apresentação gráfica do inventário, o texto não se encontra justificado à esquerda, mas sim com vários recolhidos, consoante os níveis de descrição, para permitir uma leitura mais fácil e a apreensão visual imediata dos diferentes níveis.

Em seguida apresentamos o quadro de classificação elaborado para o Arquivo Mouzinho da Silveira (anexo A), bem como os organogramas das duas grandes secções do arquivo (anexos B e C), reflexos daquele, que pretendem proporcionar ao utilizador uma visão mais abrangente do conteúdo do mesmo.

Bibliografia

- ALVES, Ivone Maria Correia [et al.]
Dicionário de Terminologia Arquivística: versão provisória. Lisboa, 1992. [Obra não publicada].
- BORGES, Leonor Calvão
 «A organização e descrição de espólios: estudo de um caso», in *Actas*. Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 4, Braga, 1992 — Informação, ciência, cultura: Bibliotecas e arquivos para o ano 2000. Braga, BAD, 1992, v. 1, p. 262-282.
- BORJA DE AGUINAGALDE, F.
Archivo de familia: materiales para un manual. Bergara, Centro de Patrimonio Documental de Euskadi; Eusko Jaur-laritzta Kultura eta Turismo Saila, 1991.
- COELHO, P. M. Laranjo
Mouzinho da Silveira. Lisboa, Ferin, 1918. (Grandes Vultos Portugueses).
- DUCROT, Ariane
Les dations d'archives personnelles et familiales en France. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional sobre Arquivos de Família e Pessoais, Capri, 1991. [Texto dactilografado].
- FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena
ARQBASE: metodologia de descrição arquivística para o tratamento automatizado de documentação histórica. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991. (Estudos e Documentos Técnicos, 1).
- GALLEGO DOMINGUEZ, Olga
 «Archivos familiares: organización», in *Actas* Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 2, Coimbra, 1987 — A Integração Europeia: um Desafio à Informação: Coimbra, Minerva, 1987, p. 319-337.
- GARRETT, Almeida
Memória histórica de José Xavier Mouzinho da Silveira. [1849 ?], 15 fls. [BN, Lisboa. Reservados Mss. 257, n.º 23].
- GILLE, Geneviève; GILLE, Bertrand
 «Les archives privées», in *Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris, Imprimerie Nationale, 1970. p. 401-433.
- HENSEN, Steven L.
Archives, personal papers, and manuscripts: a cataloging manual for archival repositories, historical societies, and manuscript libraries. Washington, Library of Congress, 1983.
- HERCULANO, Alexandre
Opúsculos: questões públicas: sociedade, economia, direito. Ed. organizada por

- Joel Serrão; verificação do texto de Ayala Monteiro. Lisboa, Bertrand, 1984, v. 2.
- HEREDIA HERRERA, Antonia
Archivística general: teoria y practica. 5.ª ed. actualizada e aumentada. Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1991.
- D' HUART, Suzanne
 «Les Archives privées: essai de méthodologie», *La Gazette des Archives*, (n.º 110), 1980. p. 167-176.
- MANIQUE, António Pedro
Mouzinho da Silveira: liberalismo e administração pública. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- MARTINHEIRA, José Joaquim de Sintra
Tipologias documentais produzidas pela administração central no antigo regime. 1992. [Trabalho apresentado na cadeira de Arquivologia I do Curso de Especialização em Ciências Documentais, opção Arquivo, no ano lectivo de 1991-92].
- MARTINS, Oliveira
 «Mouzinho da Silveira», in *Portugal Contemporâneo*. 9.ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1986. v. 1, p. 344-376.
- NIEUWENHUYSEN, Andrée Van
Le classement des archives de familles en Belgique. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional sobre Arquivos de Família e Pessoais, Capri, 1991 [Texto dactilografado].
- PEIXOTO, Pedro Abreu
Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos de arquivo de família. Lisboa, Instituto Português de Arquivos, 1991 (Estudos e Documentos Técnicos, 5).
- PORTUGAL. Biblioteca Nacional
Guia Preliminar dos Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional. Introd. e org. por Lígia de Azevedo Martins, Maria da Luz Nogueira Rei e Teresa A. S. Duarte Ferreira. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993 (Fundos da Biblioteca Nacional. Arquivos; 1) [No prelo].
- PORTUGAL. Biblioteca Nacional
Inventário do Arquivo Mouzinho da Silveira. Introd. e org. de Paulo J. S. Barata. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. (Fundos da Biblioteca Nacional. Arquivos; 2) [No prelo].
- SERRÃO, Joel
 «José Xavier Mouzinho da Silveira», in *Dicionário de História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, v. 3, p. 886-891.
- SETON, Rosemary
 «The preservation and administration of private archives», in *Selected guidelines for the management of records and archives: a RAMP reader*. PGI-90/ws/6. Paris, UNESCO, 1990.
- SILVA, Armando B. Malheiro da
 «Arquivos de família e arquivos pessoais: algumas notas para o seu estudo e organização», in *Actas. Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas*, 4, Braga, 1992 — Informação, ciência, cultura: Bibliotecas e arquivos para o ano 2000. Braga, BAD, 1992, v. 2, p. 265-278.
- SILVEIRA, Mouzinho da
Obras. Ed. crítica coordenada por Miriam Halpern Pereira; estudos de Magda Pinheiro, Miriam Halpern Pereira e

Valentim Alexandre. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, v. 1: Estudos e Manuscritos: 1780-1849; v. 2: Manuscritos e Impressos: 1780-1849.

Terminologia Arquivística. Conceitos Básicos. PRNP 4041. 1990 — *Documentação.* Lisboa, Instituto Português da Qualidade, 9 p.

ABREVIATURAS UTILIZADAS NOS ANEXOS

ED — Entidade Detentora
GA — Grupo de Arquivos
FD — Fundo

SC — Secção
SSC — Subsecção
SR — Série
SSR — Subsérie

ANEXO A

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DO ARQUIVO MOUZINHO DA SILVEIRA

ED: INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO

GA: ARQUIVOS PESSOAIS E DE FAMÍLIA

FD: ARQUIVO MOUZINHO DA SILVEIRA

SC: ACTIVIDADE PÚBLICA

SSC: JUÍZ DE FORA EM MARVÃO

SR: Correspondência Oficial Recebida e Expedida 1809-1812

SSC: JUÍZ DE FORA EM SETÚBAL

SR: Correspondência Oficial Recebida e Expedida 1815-1816

SSC: PROVIDOR DA COMARCA DE PORTALEGRE

SR: Correspondência Oficial Recebida e Expedida 1817-1820

SSC: MINISTRO DA FAZENDA E REPRESENTANTE DA CAUSA LIBERAL

SR: Correspondência Oficial Recebida e Expedida 1823-1848

SSR: Correspondência sobre a Venda de Vinhos

SSR: Correspondência sobre a Missão em Vigo

SSC: ADMINISTRADOR DAS ALFÂNDEGAS

SR: Correspondência Oficial Recebida e Expedida 1813-1844

SSC: MEMBRO DA JUNTA DE REVISÃO DO TRABALHO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

SR: Correspondência Oficial Expedida 1826

SR: Documentos de Nomeação 1806-1848

SR: Diplomas Legislativos [1821-1834/1836]

- SR: Documentos relativos às Ordens Religiosas [1832]
 SR: Documentos relativos à permanência nos Açores [1832]
 SR: Documentos relativos ao exílio de D. Miguel em Itália 1834
 SR: Documentos relativos às Finanças Públicas 1822-1839

SC: ACTIVIDADE PRIVADA

SSC: JURISTA

- SR: Documentos relativos ao litígio entre os Duques de Palmela e a Família Sampaio 1839
 SR. Pareceres e Consultas [1804-1820]

SSC: ACTIVIDADE INTELECTUAL

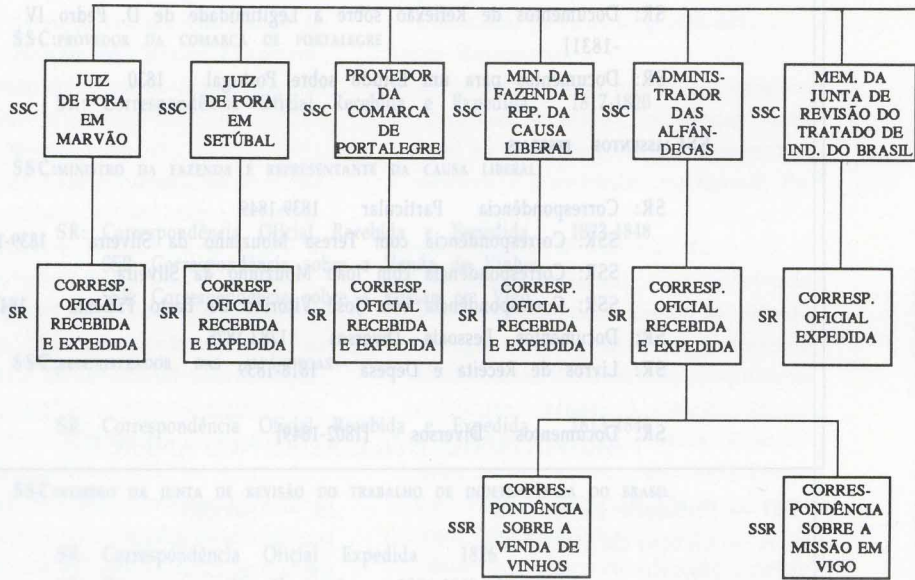
- SR: Documentos de Reflexão Política [1823-1848]
 SR: Documentos de Reflexão sobre Economia Política [1828-1836]
 SR: Documentos de Reflexão sobre Escravidão [1836]-1839
 SR: Documentos de Reflexão sobre Filosofia [1801-1849]
 SR: Documentos de Reflexão sobre a Legitimidade de D. Pedro IV [1828-1831]
 SR: Documentos para um Estudo sobre Portugal 1830

SSC: ASSUNTOS PESSOAIS

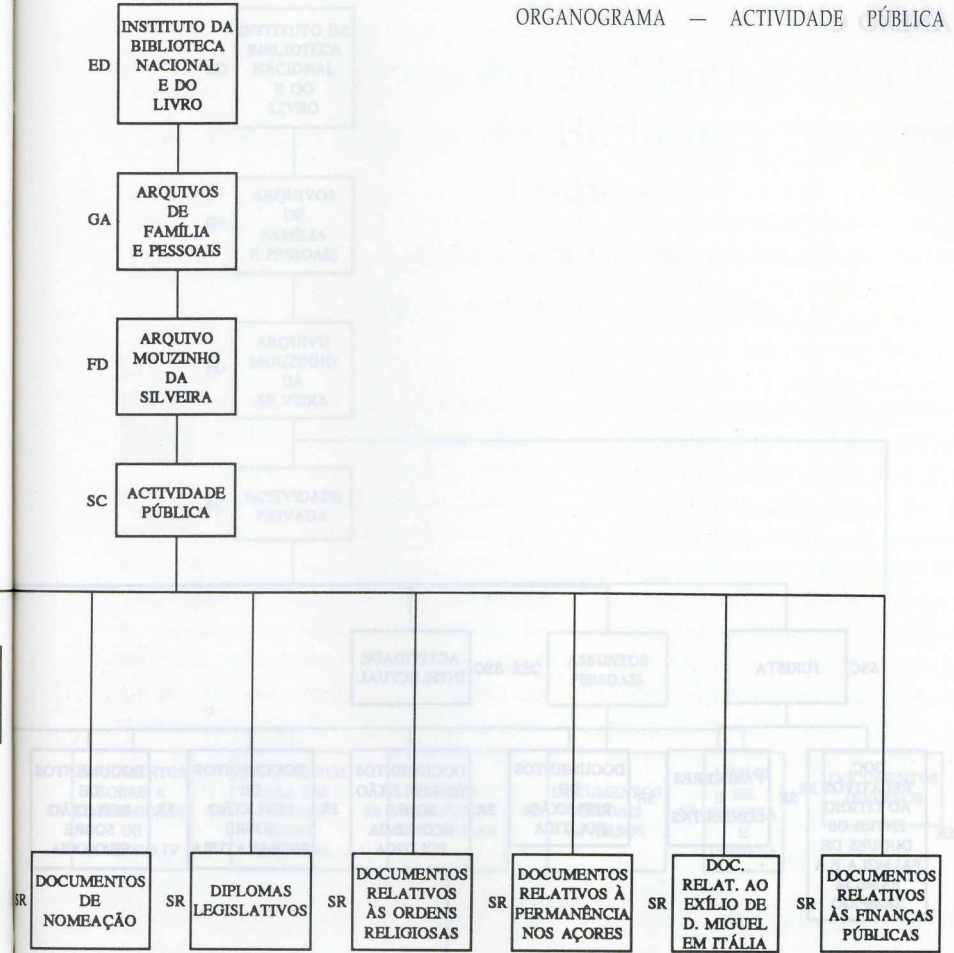
- SR: Correspondência Particular 1839-1849
 SSR: Correspondência com Teresa Mouzinho da Silveira 1839-1849
 SSR: Correspondência com João Mouzinho da Silveira
 SSR: Correspondência com José Vitorino de Basto Pimenta 1843-1849
 SR: Documentos Pessoais Diversos 1783-1875
 SR: Livros de Receita e Despesa 1818-1839

- SR: Documentos Diversos [1802-1849]

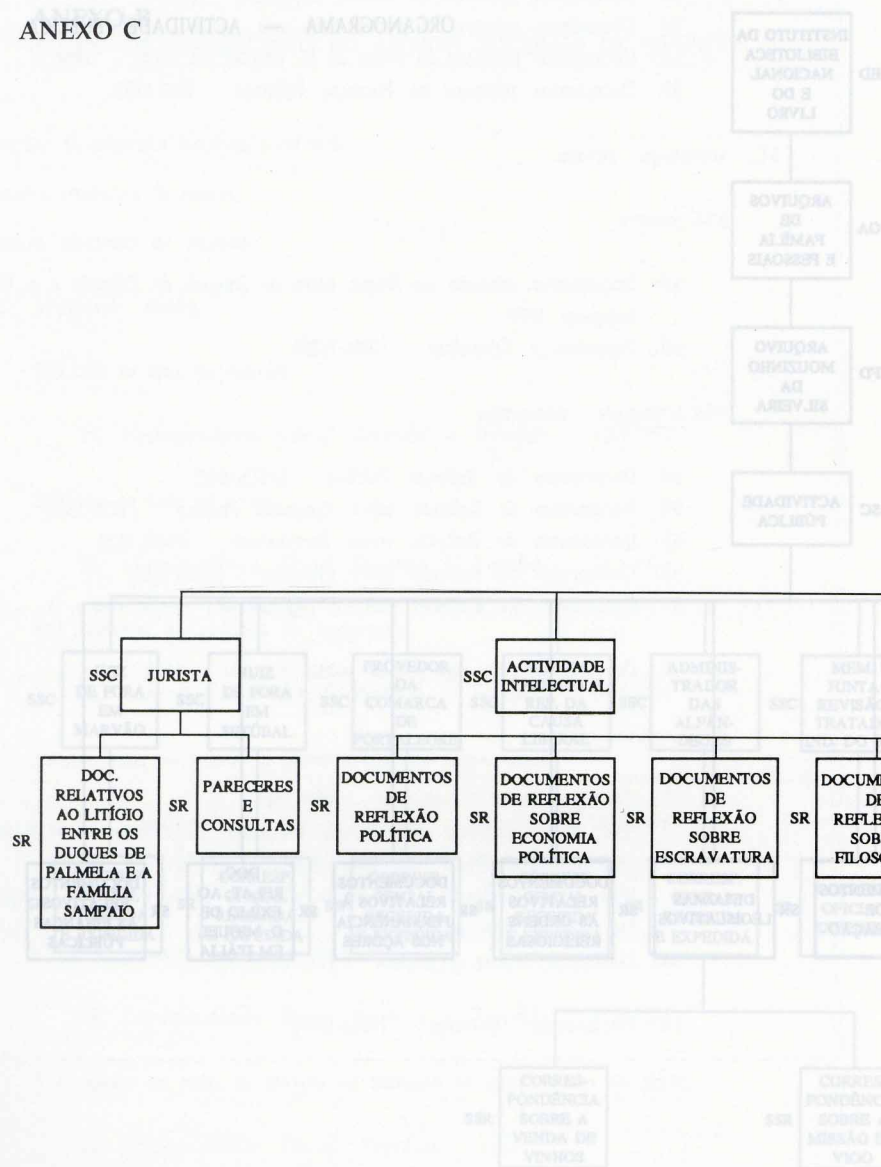
ANEXO B



ORGANOGRAMA — ACTIVIDADE PÚBLICA



ANEXO C



ORGANOGRAMA — ACTIVIDADE PRIVADA

